

REGISTRO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LUOS

04/04/2018

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos, sito à Rua Pedro II, nº 25, Centro, Santos, realizou-se a audiência pública para discussão das propostas para revisão da Lei de Uso e da Ocupação do Solo na Área Insular do Município de Santos. O secretário (em substituição) Arq. Glaucus Renzo Farinello iniciou a audiência se apresentando, bem como a Arq. Fernanda Alarcon. Em seguida deu início a apresentação multimídia com as alterações propostas, dando ênfase as especificidades da Zona Centro. Ato contínuo ao término da apresentação, comentou sobre a importância de ouvir as propostas da população e lembrou que a minuta não está fechada. Posteriormente abriu a palavra ao público: o Senhor **João Inocêncio**, morador do Saboó, protocolou proposta por escrito ao Senhor Secretário, onde solicita exclusão de via local do item “e” – CS2, de albergue, pensões e pousadas e excluir os usos I2 e I3 de todas as vias da Zona Noroeste II - ZN II e uso I1 da via local – Industrial e excluir da ZN II as Faixas de Amortecimento I e II – FA I e FA II. Comentou sobre a Rua São Vicente ser residencial, e, portanto, gerar conflito com os novos usos propostos. Reclamou da falta de divulgação das audiências, que deveriam enviar cartas aos moradores afetados pelas mudanças. Justificou que na Vila Haddad existe escola, creche, policlínica, etc que atendem vários bairros do entorno; questionando novamente, dentro deste cenário, a permissão de uso portuário. Propôs também que o mangue localizado entre a linha férrea e a Rua Augusto Barata, seja gravada como Zona de Proteção Paisagística e Ambiental – ZPPA, e não como Zona Portuária - ZP. A Senhora **Izilda**, do bairro Chico de Paula, reclamou das enchentes constantes no bairro, do enorme número de caminhões estacionados pelas ruas com uso residencial, pediu qualidade nas obras executadas pela prefeitura, indignou-se com matéria lida na capital “Baixada Santista: penico do Brasil”, além de constatar que a zona noroeste está virando uma grande lagoa devido à falta de escoamento. E pediu participação e união de todos para reivindicar seus direitos. O Senhor **João Inocêncio** leu cópia de matéria do Jornal A Tribuna de 1989, que comentava transformar o bairro Saboó em zona portuária. E pediu mais uma vez atenção para o caso. O Arq. Glaucus respondeu que o bairro já é cercado por ZP além do próprio viaduto. Lembrou que a proposta não é gravar como ZP e sim como Faixa de Transição, já que a região tem muitos conflitos quanto aos usos, cercada por usos portuários. Além de lembrar que foi realizada audiência no bairro para explicar a alteração proposta. A ferramenta é para atender o retrato do solo que hoje é misto, nos bairros Alemoa, Vila Haddad e Saboó. E reafirmou que não estão gravando como uso portuário. A Senhora **Marinilsa**, contadora, entende

a solicitação dos moradores, mas também questiona como estabelecer grandes empresas sem a mudança de uso. O Arq. Glaucus sugeriu receber comissão para esclarecer melhor a questão. A Senhora Izilda reclamou da apresentação, por conta da fonte utilizada. O Arq. Glaucus lembrou que nos casos de área de amortecimento, poderão haver contrapartidas através do Estudo de Impacto Vizinhança – EIV. A Senhora Izilda citou o impacto local já existente da Rua Ana Santos, que transita caminhões para todo lado, além de citar os alagamentos. O Arq. Glaucus respondeu que existe esforços de todas as esferas do governo para resolver o problema de drenagem, mobilidade e infraestrutura. A Arquiteta Fernanda justificou sua breve ausência, pois devido ao repentino esvaziamento de alguns participantes, foi verificar o ocorrido. A Senhora Samara perguntou sobre a garantia a terra, trabalho e habitação para baixa renda. O Arq. Glaucus reforçou o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC, cujos os valores arrecadados serão destinados 50% ao Fincohap e 50% ao Fundurb, voltados a este uso e a infraestrutura necessárias ao local. A Senhora Mônica explanou sobre a importância da lei, que deverá ter uma visão sistêmica, ou seja, atrelada a outras leis e as políticas setoriais. E questionou a ausência de diagnóstico para as ditas pequenas mudanças, e que por conta disso fica difícil perceber o tamanho das pequenas mudanças. Falou também que o porte da edificação não é suficiente para indicar o grau de incomodidade. Pleiteou justificativas mais claras e de forma global, além do diagnóstico atualizado já que o último é de 2013. O Arq. Glaucus informou que o diagnóstico está disponível no site da prefeitura. A Senhora **Monica** falou ainda que o diagnóstico não está claro. Opinou que acha interessante gerar emprego/renda mas é preciso pensar na questão da mobilidade urbana; além de ser fundamental atrelar a outras leis básicas. Além de solicitar apresentação mais didática da lei, que é técnica, para melhor entendimento do munícipe. O Arquiteto Glaucus reafirmou que ainda estão trabalhando na minuta da lei e convidou os segmentos do CMDU a marcarem na próxima semana reuniões com os técnicos da SEDURB para tirarem suas dúvidas e dialogar sobre as propostas. Afirmou que estão aguardando as propostas advindas do site da prefeitura, dentro do prazo solicitado pelo próprio CMDU. Parabenizou também o Senhor Joao Inocêncio que trouxe efetivamente propostas para a lei. A Senhora **Monica** colocou seu segmento a disposição. E não havendo nenhuma outra manifestação, o Arquiteto Glaucus agradeceu a presença de todos e como nada mais havia a ser tratado, às vinte horas e cinquenta minutos, deu-se os trabalhos por encerrados.